

ESCREVIVÊNCIA PARA ASSOMBRAR A COLONIALIDADE DO PODER NO SISTEMA PENITENCIÁRIO

WRITELIVING TO HAUNT THE COLONIALITY OF POWER IN THE PENITENTIARY SYSTEM

Erbs Cintra de Souza Gomes¹
Dayvison Herbety Araújo Amaral²

RESUMO

Este artigo propõe-se a ser uma viagem introspectiva pela cartografia da vida, onde cada passo desenha um contorno no mapa da existência humana. Através de uma escrevivência que tece memórias, ancestralidades e resiliências, refletimos sobre as múltiplas camadas de uma realidade entalhada por lutas sociais, desafios educacionais e a incessante busca por dignidade. Engajamos em uma análise pós-qualitativa do sistema prisional brasileiro, traçando paralelos com os navios negreiros do passado. Argumentamos que, dentro deste contexto de privação, a educação emerge como um catalisador potencial para a ressocialização. Para tal, é fundamental engajar-se em disputas pedagógicas que vão além do cárcere, promovendo oportunidades para reparação social e histórica. O artigo visa discutir alternativas para dismantlar a colonialidade do poder incrustada no sistema penitenciário brasileiro, enfatizando a educação como um processo vital para a ressocialização.

Palavras-chave: Colonialidade do Poder; Sistema Penitenciário Brasileiro; Escrevivência.

145

Abstract

This article proposes to be an introspective journey through the cartography of life, where each step delineates contours on the map of human existence. Utilizing a concept of 'writeliving' that interweaves memories, ancestries, and resilience, we reflect on the multiple layers of a reality shaped by social struggles, educational challenges, and the unyielding quest for dignity. We engage in a post-qualitative analysis of the Brazilian penitentiary system, drawing historical parallels with the transatlantic slave ships. We posit that within this context of deprivation, education emerges as a pivotal catalyst for resocialization. It is crucial, therefore, to engage in pedagogical interventions that transcend the confines of incarceration, fostering pathways for social and historical reparation. The article seeks to explore alternatives for dismantling the coloniality of power entrenched within the Brazilian penitentiary system, highlighting education as an indispensable process for achieving meaningful resocialization.

Keywords: Coloniality of Power; Brazilian Penitentiary System; Writeliving.

¹ Doutor e Mestre em Agronomia pelo PPGA/CCA/UFPB. Pós-doutorado em Educação pela FAGED/UFBA (Grupo de estudos Formação em Exercícios de Professores). Professor no Instituto Federal do Sertão Pernambucano – IFSertãoPE, Campus Petrolina. e-mail: erbs.cintra@ifpesertao-pe.edu.br.

² Mestre em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano – IFSertãoPE. Enfermeiro pela Escola Superior de Saúde de Arcoverde – ESSA. Docente na ESSA. e-mail: dayvison16@gmail.com.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A jornada da vida é uma cartografia complexa, onde cada passo é um traço no mapa da existência. Este artigo é uma exploração introspectiva dessa jornada, uma escrevivência que entrelaça memória, ancestralidade e resiliência. Apresento uma escrevivência como exercício de uma narrativa pessoal que se entrelaça com reflexões mais amplas sobre a sociedade, a educação e o sistema prisional. Escrevo em primeira pessoa do singular porque é a partir do meu lugar social e epistêmico (Grosfoguel, 2018) e singular que busco afastar a colonialidade do saber e trazer à luz experiências muitas vezes marginalizadas.

Escrever é como traçar mapas de viagens, é devorar minha própria carne, minha história, e trazê-la para o papel. É um ato íntimo, afetivo e, portanto, político. Meus pés estão cansados, empoeirados, mas aqui estou. Cheguei após longos dias de caminhada. Meu pai costumava dizer que o mundo era vasto, exaustivo. Ele me mostrou muitas coisas, mas quando chegou a hora de seguir sozinho, continuei. Desde cedo, aprendi a olhar para as estrelas e lembrar que minhas sandálias desgastadas não são maiores que meus sonhos.

146

Começo saudando todos e todas que vieram antes de mim, pois é neles, nesses homens e mulheres, que reside minha ancestralidade. O chão sob meus pés já foi pisado por meu pai, minha mãe, minha avó. Pessoas que deixaram marcas profundas em minha experiência de vida e no meu entendimento do mundo. Esse solo também foi pisado por reis e rainhas africanos, cujas histórias ecoam em mim. Peço licença aos ancestrais para firmar meus pontos riscados.

Nasci em Arcoverde, um portal para o Sertão de Pernambuco, e sou enfermeiro e psicanalista. Minha vivência assistencial e clínica sempre me inquietou, especialmente a falta de garantia do direito à saúde no Sistema Único de Saúde (SUS), especialmente para pessoas privadas de liberdade. A educação, em particular a Educação de Jovens e Adultos (EJA), foi um farol de esperança em minha vida, um instrumento de luta em uma sociedade classista e racista.

Minha trajetória escolar começou em escola privada e depois na pública. Percebi a necessidade de defender a educação pública como princípio de enfrentamento ao capitalismo e consolidação da democracia. O Estado, por vezes, precariza direitos essenciais, perpetuando distorções de classe, raça e gênero. Precisei parar de estudar por dois anos para trabalhar. A dificuldade de viver direitos básicos como trabalho digno, moradia e estudos me atingiu. Finalizei o Ensino Médio pela Educação de Jovens e Adultos (EJA). Aprovado nos cursos de turismo, enfermagem e odontologia, escolhi enfermagem, iniciando minha paixão pela área.

A EJA foi minha aliada, permitindo que rabiscasse sonhos, lutas e minha consciência de si e do mundo. Ser estudante de EJA era minha celebração pessoal. Lutei em uma sociedade classista e racista. Antes de iniciar minha formação em enfermagem, recebi a notícia do assassinato de meu pai ao tentar interromper uma briga entre amigos. Perdi aquele que me mostrava o mundo, com toda sua agri-doce complexidade. Processar esse crime foi doloroso, mas precisei seguir sozinho. Essa experiência me conectou ao cárcere, desejando ver o responsável atrás das grades.

Minha mãe, mulher negra e periférica, incansável, saía de casa cedo e voltava tarde. Seus tamancos, retirados antes do banho, traziam marcas de um dia de trabalho árduo. Ela carregava em seu corpo as marcas de uma vida dedicada ao sustento da casa e à educação do filho. Mãe-mulher, cuidava de mim e da sogra. Minha avó, mulher negra e lavadeira, enfrentava condições sociais ainda mais difíceis. Seu trabalho árduo para alimentar os seis filhos era motivo de orgulho, mas também de desprezo em uma sociedade excludente.

Minha mãe, além de trabalhar o dia inteiro, dedicava-se a ações no sistema carcerário feminino. Lá, ela promovia valorização e resgate da autoestima das mulheres encarceradas. Cortava cabelos, doava produtos de beleza e sensibilizava outras mulheres. Um dia de cuidados com cabelos, unhas e maquiagem, um dia para nutrir a alma feminina aprisionada. Acreditava que cada mulher deveria valorizar sua própria imagem, sem seguir padrões estéticos impostos. A beleza, para ela, era um campo de revolução e amor.

Minha existência foi uma sucessão de acontecimentos inesperados, forçando-me a buscar equilíbrio constantemente. Hoje, olhando para trás, vejo que a educação é um fio

condutor poderoso. Ela nos permite traçar mapas, viajar, devorar nossa própria história. Meus pés cansados e empoeirados seguem adiante, e a memória de meu pai, minha mãe e minha avó me impulsiona. Ainda há muito a percorrer, mas a cartografia da vida continua.

Minha mãe, uma fonte de força e resistência, faleceu, tornou-se encantada, mas deixou um legado que vive em mim. Sua partida foi um duro golpe, mas também um chamado para seguir em frente. A perda do meu pai revelou o cárcere como um espaço de revolta, enquanto a perda da minha mãe me ensinou compaixão. Essas emoções antagônicas guiam minha jornada e como enfrento os desafios diários.

O sistema prisional, um reflexo das desigualdades sociais, é um espaço onde a educação poderia desempenhar um papel transformador. No entanto, a realidade atual é marcada por uma abordagem que frequentemente reduz os indivíduos encarcerados a meros números ou estatísticas, ignorando suas histórias, suas dores e suas potencialidades. A superlotação, a falta de recursos e a desumanização são desafios persistentes que espelham as falhas mais amplas da sociedade. A necessidade de uma pedagogia pós-cárcere que reconheça a humanidade dos encarcerados e promova a ressocialização efetiva é mais urgente do que nunca.

Este artigo é um convite à reflexão sobre como as histórias individuais se entrelaçam com as coletivas, como a educação pode ser um caminho para a emancipação e como a memória e a ancestralidade são pilares fundamentais na construção da identidade. É uma homenagem àqueles que vieram antes e um testemunho da capacidade humana de superar adversidades e seguir adiante, mesmo com pés cansados e empoeirados.

Nosso objetivo é discutir alternativas para dismantelar a colonialidade do poder incrustada no sistema penitenciário brasileiro, enfatizando a educação como um processo vital para a ressocialização. Este estudo adota uma abordagem pós-qualitativa (Pierre, 2018), utilizando o método da escrevivência para investigar as interseções entre a vida pessoal, a educação e o sistema prisional. A escrevivência, inspirada na obra de Conceição Evaristo (2007; 2009), é um processo reflexivo que entrelaça escrita e vivência, permitindo uma análise profunda das experiências subjetivas e coletivas. Usamos as narrativas autobiográficas

para promover uma perspectiva social e epistemológica (Grosfoguel, 2008). Essas narrativas contribuem para identificar temas emergentes relacionados à colonialidade do poder e às possibilidades de sua superação através da educação. Por meio das experiências compartilhadas, o processo de escrita pode fazer emergir os sentidos e significados de uma perspectiva ética.

1. OS NAVIOS TUMBEIROS SE TORNARAM NOSSO SISTEMA PRISIONAL

E aportaram em terras guaranis os tumbeiros de almas...

Uma terra fértil de existências e experiências desperdiçadas pelo colonizador. Assim era o Brasil em tempos do encobrimento (Dussel, 1993). Logo os portugueses perceberam a dimensão continental das riquezas naturais e além de aprisionar o ser dos habitantes da terra descoberta, também fizeram aportar no litoral brasileiro os tumbeiros – navios chamados negreiros que traziam almas sacrificadas, heróis de um continente-mãe agora violados em sua liberdade de pensar, ser e agir.

Escravizados... corpos que sangraram e que em nós ainda sangram. Aqui houve o contato não harmônico e injusto de África, Brasil e Europa. Esse contato tentou silenciar os conhecimentos antes produzidos. Antes desse encontro tumultuado, os povos originários do Brasil possuíam sistemas complexos de organização social e conhecimento, onde o trabalho não era apenas uma atividade econômica, mas um elemento integrado à vida comunitária e espiritual. A educação, longe de ser institucionalizada, era tecida no dia a dia, através da transmissão oral de saberes e práticas que abrangiam desde a agricultura até a astronomia, refletindo uma compreensão integral do mundo.

Uma das evidências do trabalho profissional dos povos indígenas é o caminho Peabiru, que não está nos livros de história; um caminho que cruzava o continente e chegava ao Império Inca (Cordão, 2017). E num primeiro giro na busca por correlacionar e valorizar os conhecimentos já existentes com a inspiração na educação profissional e sua compreensão

atual, observaremos que a construção do caminho Peabiru se ligava aos aspectos do cotidiano da época. A diferença entre educação básica, educação profissional, educação familiar eram imperceptíveis, onde várias modalidades de ensino se cruzavam (Cordão, 2017). O caminho de Peabiru tem uma importância histórica, possibilitando a migração e intercâmbio de povos americanos, além de missões religiosas. Essa trilha poderia chegar a 3 mil quilômetros, começando no litoral paulista e chegando até Cusco.

Avançando para o período de catequização, os portugueses decidiram ‘educar’ os povos colonizados, utilizando a educação como ferramenta para a inserção da fé católica e a hierarquização dos conhecimentos, marginalizando os saberes nativos. A correspondência de Caminha: “parece-me gente de tal inocência, que se homem os entendesse e eles a nós, seriam logo cristãos, por que eles, segundo parece, não têm, nem entendem em nenhuma crença” (Caminha *apud* Silva, 2010, p. 32) e as observações de Saviani (2018) – de que no início do século XVI a Coroa Portuguesa enviou os jesuítas com a missão de catequizar, ampliar o número de fiéis no mundo – destacam a visão eurocêntrica da época, que via a inocência dos povos nativos como uma tela em branco para a doutrinação cristã.

Ao interromper a gira e convidá-los a imergir na compreensão do fenômeno da catequização enquanto momento de desconsideração da história e dos costumes dos habitantes locais, é possível compreender o momento vivido como um verdadeiro apagar da espiritualidade indígena, um verdadeiro saque histórico que trazemos aqui comparativamente como privação do direito à liberdade, verdadeiras prisões do corpo e da alma.

Do mesmo modo, a introdução do conceito de prisão pelos colonizadores marcou uma ruptura significativa com as práticas punitivas dos povos originários, que se baseavam mais em sanções éticas e culturais do que na privação de liberdade. Com a construção das primeiras instituições carcerárias, surgiu um novo foco na ‘correção’ dos indivíduos considerados incorrigíveis pela sociedade, um processo de dominação que buscava moldar os estigmatizados (Foucault, 2019).

Este panorama histórico nos leva a questionar: quem são os verdadeiros ‘incorrigíveis’? Aqueles que resistem à imposição de um sistema de crenças e conhecimentos

estrangeiros, ou aqueles que impõem tal sistema? A resposta a essa pergunta pode nos ajudar a compreender melhor as raízes da desigualdade e da resistência cultural que persistem até hoje.

No Brasil, a primeira prisão, a Casa de Correção do Rio de Janeiro, também conhecida como Complexo Frei Caneca, foi estabelecida em 1769. Este local histórico foi implodido em 2010 para dar lugar a um conjunto habitacional. Em 1825, a Constituição exigiu que as cadeias separassem os detentos por tipo de crime e penas, e houve um chamado para que as prisões se adaptassem, permitindo que as pessoas privadas de liberdade trabalhassem. No entanto, o trabalho era a única atividade permitida, uma visão limitada que fragmentava o direito à educação e prejudicava a possibilidade de uma educação profissional voltada para a emancipação e o desenvolvimento de conhecimentos amplos para a vida após o cárcere (Immicchi; Pereira, 2015).

Com a criação do Código Penal em 1890, surgiu a ideia de punir reeducando, dando origem às penitenciárias de caráter correccional. No entanto, as dificuldades para transformar a lei em prática efetiva eram enormes. O cárcere muitas vezes se assemelhava a um depósito de corpos, semelhante aos navios tumbeiros que cruzavam o oceano, privando os negros de seu futuro. A Casa de Detenção de São Paulo, conhecida como Carandiru e apelidada pelos detentos de “barril de pólvora”, foi inaugurada em 1956 e implodida em 2002. Antes de sua desativação, era o maior presídio da América Latina, projetado para 6 mil detentos, mas frequentemente abrigava mais de 8 mil (Immicchi; Pereira, 2015).

Ao analisar o sistema prisional brasileiro, torna-se evidente a escassez de políticas públicas eficazes para a ressocialização dos indivíduos encarcerados. O cárcere, muitas vezes invisível dentro das cidades, é um espaço de confinamento e punição. Por que tantos fecham os olhos para este espaço? É como se preferíssemos ignorar um navio cheio de corpos negros, fingindo que não existe, e que aqueles que lá estão merecem sofrer extremamente. Questionamos o indivíduo encarcerado: o que resta após essa experiência? Considerando o ser humano como um complexo biológico, psicológico, sociológico, cultural e espiritual, refletir sobre o indivíduo frequentemente negado torna-se uma ponte para a liberdade e a

incorporação de práticas que garantam direitos. É crucial discutir o cárcere e a educação profissional enquanto educação que humanize e emancipe, mesmo para aqueles que passaram pela experiência do encarceramento.

Portanto, é urgente adotar uma perspectiva ampliada que transcenda as grades do sistema prisional. O cárcere é um campo fértil para pesquisas, especialmente aquelas que reconhecem o potencial de ressocialização nesse ambiente de isolamento. Em “O Ser e o Nada” (1943), Jean-Paul Sartre considera a liberdade como a essência da ação humana, condenando o homem à liberdade e à angústia da escolha. No entanto, é preciso questionar se todos os indivíduos são verdadeiramente livres. Como podemos falar de liberdade quando o peso das questões étnico-raciais e coloniais recai sobre aqueles no cárcere?

Iniciando com a narrativa não contada pela história oficial, nossa reflexão propõe uma perspectiva outra sobre o navio tumbeiro como precursor simbólico da prisão, sugerindo uma inversão de olhar onde o cárcere, além de seu papel punitivo e isolacionista, possa ser reconhecido como um espaço potencial de acolhimento. Esta visão abre caminho para a concepção de uma pedagogia pós-cárcere, uma abordagem educacional desenhada especificamente para indivíduos que experienciaram o sistema carcerário. Tal pedagogia transcenderia o currículo tradicional, incorporando uma formação humana integral que prepara o indivíduo para a vida após a reclusão, promovendo a emancipação e a reintegração social.

No contexto brasileiro, percebe-se a implementação de políticas públicas que refletem uma necropolítica, um termo cunhado por Mbembe (2016) para descrever uma política de morte. Esta política é evidenciada não apenas no cárcere, mas também nas ruas, onde o legado histórico do racismo impõe um peso desproporcional sobre os negros. A necropolítica representa um estado onde, em vez de proteger, a soberania opta por extinguir vidas, utilizando-se de tecnologias sociais para perpetuar a segregação racial e manter a dicotomia entre modelos hegemônicos e contra-hegemônicos.

O biopoder, conforme discutido por Foucault (2020), é a prática dos estados modernos de exercer controle sobre os corpos e as populações por meio de uma gama de técnicas

administrativas e políticas. Este poder se manifesta na subjugação dos corpos e na gestão da vida coletiva, um conceito que se entrelaça com a necropolítica ao considerar como os estados lidam com a vida e a morte.

Ao contemplar essas ideias, convidamos o(a) leitor(a) a repensar o sistema prisional e as políticas educacionais, incentivando a busca por abordagens que não apenas profissionalizem, mas também humanizem e emancipem os indivíduos, independentemente de seu passado no cárcere. Deve haver um espaço para a educação que liberta, mesmo dentro das restrições do sistema prisional (Cordão, 2017).

Este diálogo entre a história, a filosofia e a educação convidam a uma reflexão mais profunda sobre a liberdade e a condição humana, questionando se a verdadeira liberdade é alcançável para todos, especialmente para aqueles marcados pelas desigualdades étnico-raciais e pelo estigma do encarceramento. É uma indagação que ressoa com a noção sartreana de liberdade como a essência da ação humana, mas que também reconhece a angústia e as limitações impostas por estruturas sociais e históricas.

Refletindo sobre os corpos que habitam o cárcere sob a sombra da necropolítica, evocamos a figura de Xangô, a divindade da justiça, para ilustrar a resistência e a luta contra um sistema implacável. Conta Prandi (2020, p. 322):

(...) Xangô e seus homens lutavam com um inimigo implacável. Os guerreiros de Xangô, capturados pelo inimigo, eram mutilados e torturados até a morte, sem piedade e compaixão. Xangô estava irado e começou a bater nas pedras com o *oxé*, bater com seu machado duplo. O machado arrancava das pedras faíscas, que acendiam no ar famintas línguas de fogo, que devoraram os soldados inimigos.

A narrativa de Prandi (2020) sobre Xangô ressoa com a busca por justiça e a necessidade de combater as injustiças que mutilam e torturam, tanto física quanto espiritualmente. Este estudo é impulsionado pela força dos antepassados e pela determinação de contar as histórias não contadas, de desafiar a narrativa única do opressor e de reconhecer a multiplicidade de experiências, especialmente no contexto prisional.

A jornada da diáspora africana, que nos levou da África à América e resultou na formação da Améfrica, como descrito por Gonzalez (1988), é um testemunho da resiliência e da capacidade de transformação. No entanto, em meio a essas transições, a educação para a sociedade como um todo muitas vezes foi negligenciada. O desafio agora é imaginar e implementar uma educação que não apenas informe, mas que também transforme, que não apenas ensine habilidades, mas que também emancipe, e que não apenas prepare para o mercado de trabalho, mas que também restaure a dignidade e a humanidade.

Neste contexto, a pedagogia pós-cárcere surge como uma necessidade urgente, uma abordagem educacional que reconhece a plenitude do ser humano e busca reparar as brechas deixadas por um sistema que frequentemente falha em reconhecer a humanidade dos encarcerados. É uma pedagogia que se estende além das grades, que vê o indivíduo como um todo integrado e que aspira a uma sociedade onde a educação é um direito inalienável, independentemente do passado de uma pessoa.

Portanto, ao finalizar esta reflexão, reafirmamos o compromisso com uma educação que seja verdadeiramente libertadora, que honre as muitas histórias e que contribua para a construção de um futuro em que todos possam viver com dignidade e liberdade. É um chamado para que a educação seja um instrumento de transformação social, capaz de transcender as barreiras do cárcere e de inspirar novos caminhos para a justiça e a igualdade.

2. UMA ESCRIVIVÊNCIA PARA ANUNCIAR O COMPROMISSO COM A JUSTIÇA SOCIAL

Adentrando as sombras do cárcere, invocamos a proteção de Xangô, o orixá da justiça, para nos guiar por este labirinto colonial. As estatísticas são um espelho sombrio: segundo o Infopen (Brasil, 2014), **57,2% das pessoas privadas de liberdade são negras**, com uma população carcerária de **574.026 indivíduos** e um déficit de **256.294 vagas**. Em 2019, o número dessas pessoas subiu para **748.009**, aumentando o déficit para **312.925 vagas**. Estes números não são apenas cifras; são o reflexo de um sistema que falha em cumprir sua

promessa de ressocialização, perpetuando a colonialidade que subjuga o ser, o saber e o poder.

Os processos históricos de colonialidade mostram que não apenas o território foi roubado, mas os corpos também. Por colonialidade entendemos os processos subjetivos, contínuos e de dominação, apropriação e violação, mesmo após o fim do sistema político e econômico da colonização europeia. Assim, permaneceram formas complexas de dominar o ser, o saber, o poder (Mignolo, 2008), o corpo, a natureza e tudo que pudesse ser explorado.

Neste contexto, questionamos as práticas educativas no cárcere. Estamos perpetuando a colonização ou buscando a libertação através de nossas práticas educativas? As práticas existentes são suficientes ou apenas ecos de uma história de exploração? A necessidade de uma pedagogia pós-cárcere é evidente, uma que veja o encarcerado como um sujeito completo, herdeiro de um legado colonial, e que busque construir saberes e experiências para um mundo mais justo.

A história dos corpos negros é marcada por sangue e lágrimas, uma Améfrica que carrega o peso de séculos de opressão. A esperança reside na educação profissional como uma ponte para a ressocialização, ecoando as palavras de Belchior (1976): “Ano passado eu morri, mas esse ano eu não morro”. E agora, transformando dados em vivência, bradamos o brado de Oxum, orixá da justiça e da compaixão, que desafiou a indiferença de um rei e se tornou a voz dos oprimidos. Assim como Oxum, esta investigação busca ser a voz dos que estão no cárcere, cantando o ponto para Oxum e deixando a gira girar.

Sou filho e neto de mulheres negras, guerreiras que lutaram contra um mundo que sempre lhes foi hostil. Minha mãe, uma mãe-solo e cabeleireira, viveu a desigualdade social na pele e combateu-a com todas as suas forças. Minha avó, uma lavadeira pobre, encontrou força para perdoar o assassino de seu filho, meu pai. Ambas são representações de Oxum na terra, e essa representação ecoa em mim. Minha mãe reunia mulheres vítimas de violência, ensinava cuidados básicos e organizava doações. Ela visitava presídios, levando empoderamento feminino onde ele era desconhecido. Inspirado por suas ações, escolhi o

universo do cárcere para minha pesquisa de mestrado, sentindo a conexão pulsar em minhas veias.

Minha avó, com sua fé católica, reza pelos encarcerados, pedindo por direitos humanos e ressocialização. Ela é a neta de uma mulher indígena que se recusou a ser subjugada, e essa força amefricana flui através dela e de mim. Meu avô, um homem branco, contribuiu para minha herança mestiça. Essas pessoas estão, em alguma medida, na forma como enxergo o mundo. Assim, esta escrevivência é um testemunho da luta, da resiliência e da esperança. É um chamado para reconhecer a humanidade nos corpos encarcerados e para criar uma educação que seja verdadeiramente libertadora, que honre as muitas histórias e que contribua para a construção de um futuro em que todos possam viver com dignidade e liberdade.

Ao contemplar a educação profissional no sistema prisional como um meio de reintegração social, é imperativo reconhecer as influências do capitalismo, colonialismo e patriarcado que moldaram os conflitos e desarticulações sociais atuais. Santos (2010) nos alerta sobre a persistência da colonialidade no campo do conhecimento humano, onde os saberes foram moldados pela perspectiva do homem branco e europeu, criando um mundo dividido entre zonas metropolitanas e coloniais, relevantes e irrelevantes, civilizados e incivilizados. O corpo ladinoamefricano negro (Gonzalez, 1988), frequentemente marginalizado, com muita dificuldade ocupa posições de liderança e poder. Muitos estão nas ruas, lutando pela sobrevivência em um mundo onde o estudo é um luxo inacessível para aqueles que trabalham incansavelmente para saciar a fome.

As expressões culturais negras, suas artes e fé, foram ofuscadas em um mundo embranquecido pela escravidão. Santos (2010), em “Epistemologias do Sul”, desafia-nos a reconhecer os saberes do Sul do mundo, aqueles que foram excluídos do mapa cartografado pela ontologia ocidental, rompendo a hegemonia do conhecimento construído sobre o homem, a sociedade e os processos educacionais. Chico Buarque (1973) cantou que “não existe pecado do lado de baixo do Equador”, talvez ecoando a ideia de Santos de que não há pecado

no Sul do mundo, onde tudo é permitido e a tristeza é abandonada. O corpo negro continua a dançar, apesar da tristeza, movendo a gira com a sabedoria do povo de Améfrica.

No entanto, o corpo indócil se reveste da pele de *python*, a serpente imagem de bravura e força, enfrentando o inimigo e reivindicando o que foi roubado. Não seriam esses resgates as trombetas anunciando uma nova era? Mandingas e feitiços são poderes contra o mal, contra o colonizador, contra a morte imposta aos corpos negros, que também são filhos do Deus dos cristãos. Vestimo-nos de *python*, pois fomos historicamente marcados como errantes, como pecadores; estamos aqui para traquinar ao lado de Exu. Onde o branco abundou, a escrita e a resistência floresceram (Profana, 2020). O modelo colonialista de negação dos saberes dos corpos de Améfrica deve ser desafiado; a escravidão, também como uma técnica de controle, definiu o outro como não humano. Agora, é hora de emancipar nossos saberes, libertar os corpos do Sul e beber da riqueza de nosso povo.

Neste tecido de histórias e lutas, a necessidade de vigiar e punir os corpos que desafiam os padrões hegemônicos se revela. Contra-hegemônicos, corpos rebeldes, indomáveis, que não se conformam com rota traçadas pelo poder colonial. A gira continua, e com ela, a promessa de que os velhos sonharão e os jovens terão visões. Exu, o orixá das encruzilhadas, traz a brincadeira e a subversão; provoca a mudança de visão, a retomada do poder. As catedrais, símbolo da civilidade colonial, agora são refeitas, e o negro Jesus, nascido pobremente em uma manjedoura e depois crucificado, simboliza a ressurreição e a libertação. Assim, os negros unidos transformam a cruz em encruzilhadas, não mais lugares de sofrimento, mas de liberdade. Em Calunga, o mar dos ancestrais, os negros são eternos, como Profana (2020) nos lembra. Eles devem viver, não apenas no Mar Morto, mas em dignidade, pois na ressurreição, foi dito que entre os mortos não se deve procurar a vida.

Compreender o cárcere requer uma análise dos cruzamentos sociais, históricos e culturais que moldam essa realidade. Michel Foucault (2019) destaca que a prisão se tornou um instrumento de recrutamento para a delinquência. O sistema prisional é um reflexo da sociedade, um espelho que revela as estruturas de poder e exclusão que permeiam nosso

cotidiano. Os presídios, embora fisicamente presentes nas cidades, são muitas vezes ignorados, como se fossem espaços de não-existência.

Esta escrevivência é um convite para olhar além das paredes, para ver os indivíduos encarcerados como parte de nós mesmos, para reconhecer a sociedade refletida no cárcere e para buscar uma educação que seja verdadeiramente transformadora, que liberte os corpos e as mentes. Neste momento de reflexão, consideramos a estrutura pandêmica do capitalismo que fomenta conflitos por recursos e poder, negligenciando a empatia e o bem-estar coletivo. A escravidão é um reflexo dessa realidade, onde corpos negros foram transformados em meros objetos de trabalho, negados em humanidade e intelecto.

Diante das encruzilhadas da utopia e distopia, refletimos sobre o caminho a seguir. Ser utópico, no sentido latinoamericano descrito por Gonzalez (1988), é aspirar a um futuro melhor, mesmo que pareça inatingível. É dar passos adiante, sabendo que o horizonte sempre se expandirá, mantendo-nos em constante busca por igualdade e pela ressocialização daqueles privados de liberdade.

Entendemos que o crime é construído por uma complexa teia de relações sociais, incluindo a negação de direitos básicos e a ausência de dignidade. Basear o sistema prisional na vigilância e punição é perpetuar uma visão distópica, distorcendo a esperança e reforçando estruturas de opressão. Nosso intuito aqui é explorar as possibilidades que emergem ao mergulhar no cárcere e na educação profissional, buscando compreender e dialogar com esses espaços.

Foucault (2019) reconheceu que sua pesquisa sobre a prisão lidava com um material considerado indigno por muitos acadêmicos. No entanto, propomos olhar para o cárcere como um espaço de nobreza, rico em vida e histórias. Queremos compreender aqueles que estão no “navio-cárcere”, lançando um olhar acadêmico decolonial para dentro dessas paredes e transformando a pesquisa em um ato político-social.

Que as páginas deste estudo sejam como ondas guiadas por Iemanjá, representando a luta social e a libertação. Que a rainha do mar nos acompanhe em nossa jornada, transformando o mar, outrora instrumento de colonização, em um espaço de celebração e

liberdade. Ao escrever este texto, desafiamos o modelo hegemônico que subjugou os corpos encarcerados, buscando criar um quilombamento epistemológico, vendo o cárcere desde os olhos dos próprios encarcerados, e assim, tornando-nos quilombos de conhecimento e resistência.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo, ao perspectivar narrativa de vida e as sombras do sistema penitenciário, revela as injustiças sociais e raciais. A investigação conduzida aqui desvela a persistência de estruturas opressivas que, longe de serem resquícios de um passado distante, continuam a moldar as realidades contemporâneas dos corpos negros encarcerados. A problemática central deste estudo reside na interrogação da eficácia da educação como uma ferramenta de ressocialização, dentro de um sistema penal que não só reflete, mas também reforça e perpetua as desigualdades e cicatrizes deixadas pela colonialidade e pelo racismo estrutural e institucional.

A metodologia adotada, a escritvivência, emergiu como um meio poderoso para capturar as vozes e experiências que nos atravessa, oferecendo uma perspectiva rica e multifacetada que desafia as narrativas hegemônicas. Através dela, foi possível explorar as complexidades do cárcere e a urgência de uma pedagogia pós-cárcere que seja verdadeiramente emancipadora e transformadora, que não apenas informe, mas que também transforme; que não apenas ensine habilidades, mas que também emancipe; que não apenas prepare para o mercado de trabalho, mas que também restaure a dignidade e a humanidade.

As conclusões deste trabalho apontam para a necessidade crítica de repensar as políticas públicas e as práticas educacionais no sistema penitenciário. A educação no cárcere não pode ser reduzida a uma ferramenta de ressocialização que ignora as realidades vividas pelos indivíduos encarcerados. Em vez disso, deve ser uma prática educativa que honre a ancestralidade, celebre a diversidade cultural e promova a igualdade social. A educação deve ser um ato de libertação, não de domesticação.

Este estudo também destaca a necessidade de reconhecer a humanidade e a riqueza das histórias dos encarcerados. Inspirando-se na resistência cultural e espiritual africana e afro-brasileira, pensamos que uma pedagogia pós-cárcere deve honrar a ancestralidade, desafiar as narrativas coloniais e promover a igualdade social e a ressocialização efetiva.

Por fim, este artigo conclama a uma reflexão contínua sobre as estruturas de poder que governam nossas instituições e a busca por abordagens mais humanizadas e inclusivas na educação dos encarcerados. Através de uma pedagogia pós-cárcere que reconheça e valorize as histórias e saberes dos indivíduos encarcerados, podemos começar a desenhar um futuro em que a educação é um direito inalienável para todos, dentro e fora das paredes do cárcere. É um chamado para que a educação seja um instrumento de transformação social, capaz de transcender as barreiras do cárcere e de inspirar novos caminhos para a justiça e a igualdade.

REFERÊNCIAS

BELCHIOR, Antônio Carlos. **Sujeito de sorte**. Disco Sonoro, Lado A1. Álbum: Alucinação (27 minutos e 25 segundos). Polygram, 1976.

BRASIL. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias INFOPEN – Junho de 2014. Ministério da Justiça. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/news/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf> Acesso em: 04 de abril de 2024.

BUARQUE, Chico. **Não existe pecado ao Sul do Equador**. Disco Sonoro, Lado B1. Álbum: Calabar – O Elogio da Traição (30 minutos). Universal Music Ltda, 1973.

CORDÃO, Francisco Aparecido. **Educação profissional no Brasil**: síntese histórica e perspectivas. São Paulo: Ed. Senac, 2017.

DUSSEL, Enrique. **1492: O Encobrimento do Outro (A Origem do "Mito da Modernidade")**: Conferências de Frankfurt. Tradução de Jaime A. Ciasen. Petrópolis: Vozes, 1993.

EVARISTO, Conceição. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. In: ALEXANDRE, Marcos Antônio (Org.). **Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces**. Belo Horizonte: Mazza, 2007.

EVARISTO, Conceição. Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. In: Maria Nazareth Soares Fonseca; Terezinha Taborda Moreira (Orgs.). **Literatura Scripta**, Belo Horizonte, v. 13, n. 25, p. 17-31, 2009.

FOCAULT, Michel. **História da Sexualidade (Vol.1)** – A vontade de saber. São Paulo: Editora Paz & Terra, 2020.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: Nascimento da prisão**. São Paulo: Editora Vozes, 2019.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 92, n. 93, p. 69-82, 1988.

GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 80, p. 115-147. 2008.

IMMICH, Dione Micheli; PEREIRA, Adriane Damian. **O Sistema Prisional Brasileiro e a Criação da Lei da Execução Penal**. 2015. Disponível em: <https://michellipimmich.jusbrasil.com.br/artigos/326166078/o-sistema-prisional-brasileiro-e-a-criacao-da-lei-da-execucao-penal>. Acesso em: 20 de março de 2024.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Artes e Ensaios**. Revista do PPGAV, UFRJ. n 32, 2016.

MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. Tradução de Ângela Lopes Norte. **Cadernos de Letras da UFF**, Dossiê Literatura, língua e identidade, n. 34, p. 287-324, 2008.

PIERRE, Elizabeth Adams St. Uma história breve e pessoal da pesquisa pós-qualitativa: em direção à “pós-investigação”. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v.13, n. 3, p. 1044-1064, 2018

PRANDI, Reginaldo. **Mitologia dos Orixás**. Companhia das Letras, ed. 1, 2020.

PROFANA, Ventura. **Homenzinho Torto**. Álbum: Traquejos Pentecostais para Matar o Senhor; Disco Sonoro, EP. (23 minutos e 28 segundos) Dist. Tratore, 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula [orgs.]. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010

SARTRE, Jean-Paul. **O Ser e o Nada** – Ensaio de Ontologia Fenomenológica. Petrópolis: Vozes, 1943.

SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. 5ª ed. São Paulo: Editora Autores associados, 2018.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **A carta-relatório de Pero Vaz de Caminha**. IDE, São Paulo, v. 33, n. 50, p. 26-35, 2010.

Submetido: 21/04/2024

Aprovado: 21/08/2024